AS DIFICULDADES A MULHER NEGRA PERIFÉRICA ATUALMENTE

KARIN KINTER OLIVEIRA

RESUMO
A mulher negra periférica enfrenta diversas dificuldades no contexto contemporâneo, que refletem uma interseccionalidade de opressões, como o racismo, o sexismo e a desigualdade social. Essas mulheres, muitas vezes, têm acesso limitado a oportunidades educacionais, ao mercado de trabalho formal e a serviços básicos, como saúde e segurança. Além disso, são frequentemente as responsáveis pelo sustento de suas famílias, acumulando funções no lar e no trabalho, o que reforça a sobrecarga física e emocional. No âmbito profissional, elas encontram barreiras no acesso a empregos formais e de maior remuneração, além de sofrerem discriminação racial e de gênero. A sub-representação nas esferas de poder e decisão também limita suas vozes e influências nas mudanças sociais necessárias. Outro desafio é a violência estrutural e doméstica, que afeta de maneira desproporcional essas mulheres.

PALAVRAS-CHAVE: Mulher negra; Periferia; Dificuldades.

INTRODUÇÃO

A realidade da mulher negra periférica nos dias atuais é marcada por uma série de desafios que evidenciam a complexidade de opressões vividas por esse grupo, devido à sobreposição de desigualdades de raça, gênero e classe. Historicamente marginalizadas, essas mulheres enfrentam limitações no acesso a direitos fundamentais, como educação de qualidade, saúde, moradia digna e trabalho formal, ao mesmo tempo em que são frequentemente as principais responsáveis pelo sustento de suas famílias.

A interseccionalidade das opressões vividas pela mulher negra periférica é um dos principais conceitos que norteiam a discussão sobre suas dificuldades, pois permite uma análise que considera a soma dos impactos do racismo estrutural, do machismo e da pobreza. Em espaços urbanos periféricos, onde os índices de violência, desemprego e falta de serviços básicos são mais acentuados, essas mulheres encontram um cenário ainda mais desafiador. A exclusão social, a desigualdade salarial e a informalidade no trabalho são alguns dos aspectos que contribuem para agravar essa situação.

Além disso, a mulher negra periférica lida com formas específicas de violência, tanto física quanto simbólica, sendo mais vulnerável a agressões domésticas e à violência do Estado, especialmente nas periferias urbanas, onde a presença policial muitas vezes agrava o ciclo de exclusão e violência. Apesar desses desafios, elas protagonizam movimentos de resistência e luta por direitos, engajando-se em coletivos feministas e antirracistas, ocupando espaços de poder e reivindicando políticas públicas que atendam às suas demandas.

Este trabalho tem como objetivo investigar as dificuldades enfrentadas pela mulher negra periférica no Brasil contemporâneo, analisando como o racismo, o sexismo e a desigualdade social afetam suas vidas cotidianas. A partir dessa análise, busca-se também discutir as iniciativas que estão sendo desenvolvidas para a superação desses obstáculos, destacando o papel fundamental das políticas públicas inclusivas e dos movimentos sociais.

DESENVOLVIMENTO

A mulher negra periférica também se destaca pela resistência e pela luta por direitos e reconhecimento, especialmente por meio de movimentos sociais e coletivos que promovem a valorização de sua identidade e a busca por justiça social. Este trabalho busca discutir essas dificuldades e explorar os caminhos que têm sido trilhados para a superação dessas barreiras, com ênfase no papel das políticas públicas e na atuação de movimentos feministas negros.

Para expandir a discussão sobre as dificuldades enfrentadas pela mulher negra periférica e sua trajetória de resistência, é necessário aprofundar o entendimento das múltiplas camadas de opressão que a atra-

vessam. Além do racismo e do sexismo, a questão da marginalidade social, refletida na condição periférica, agrava ainda mais as desigualdades vivenciadas. Em geral, as mulheres negras periféricas residem em áreas com menos infraestrutura urbana, menor acesso a serviços públicos e com um alto índice de violência. Isso resulta em uma série de impactos diretos sobre sua qualidade de vida e oportunidades de ascensão social.

Um dos principais fatores que contribuem para essas dificuldades é a precarização das condições de trabalho. Muitas dessas mulheres são empregadas em trabalhos informais, mal remunerados e sem direitos trabalhistas assegurados, como o emprego doméstico e a venda de produtos em feiras livres. Esse tipo de ocupação não oferece segurança financeira, o que as coloca em uma situação de constante vulnerabilidade econômica. Além disso, a dupla jornada de trabalho – que envolve a responsabilidade pelo cuidado do lar e da família, além do trabalho externo – impõe um peso ainda maior sobre essas mulheres.

Do ponto de vista educacional, a mulher negra periférica enfrenta barreiras desde o início de sua vida escolar. A evasão escolar é uma realidade comum, muitas vezes motivada pela necessidade de trabalhar e contribuir com a renda familiar. Mesmo aquelas que conseguem concluir a educação básica enfrentam dificuldades para acessar o ensino superior, seja pela falta de políticas públicas inclusivas ou pela ausência de apoio familiar e financeiro. Apesar dos avanços proporcionados por políticas de cotas raciais nas universidades, o número de mulheres negras periféricas com diploma universitário ainda é desproporcionalmente baixo.

A questão da violência também é central ao se analisar as dificuldades enfrentadas por essas mulheres. Elas estão mais expostas à violência de gênero, doméstica e sexual, além de sofrerem diretamente com a violência institucional, que se manifesta tanto pela ausência do Estado em fornecer segurança quanto pela repressão policial nas periferias. O feminicídio de mulheres negras, por exemplo, é um indicador alarmante dessa realidade, pois os números mostram que elas são as maiores vítimas desse tipo de crime no Brasil. Além disso, a violência policial contra jovens negros nas periferias afeta diretamente essas mulheres, muitas delas mães de vítimas, que se tornam porta-vozes na luta por justiça e contra a brutalidade policial.

No entanto, mesmo diante dessas adversidades, a mulher negra periférica se destaca pela resiliência e pela luta incessante por direitos. Os movimentos sociais e coletivos feministas negros têm desempenhado um papel crucial na construção de uma rede de apoio e no fortalecimento da identidade dessas mulheres. Esses movimentos, formados e liderados por mulheres negras, lutam pela visibilidade de suas pautas e pelo reconhecimento de suas especificidades, muitas vezes ignoradas pelo feminismo hegemônico e pelos movimentos negros tradicionais.

Entre os exemplos de resistência e organização dessas mulheres, pode-se destacar o trabalho de coletivos como o Movimento de Mulheres Negras, o Geledés – Instituto da Mulher Negra, o Marcha das Mulheres Negras e o Coletivo Pretas Ruas. Essas organizações têm como objetivo combater o racismo e o machismo estrutural, promovendo o empoderamento das mulheres negras por meio de ações educativas, culturais e políticas. Elas atuam na formação política de suas integrantes, promovem discussões sobre identidade e pertencimento e buscam influenciar a formulação de políticas públicas que atendam às demandas desse grupo.

O papel das políticas públicas é outro ponto fundamental para a superação das barreiras enfrentadas pelas mulheres negras periféricas. Programas de inclusão social, como o Bolsa Família (agora reestruturado como Auxílio Brasil), têm sido cruciais para a sobrevivência de muitas dessas mulheres, que dependem do auxílio para sustentar suas famílias. Além disso, políticas de acesso à educação e ao mercado de trabalho, como o Sistema de Cotas Raciais nas universidades e iniciativas de inclusão digital e profissional, são ferramentas importantes para promover a ascensão social dessas mulheres. No entanto, essas políticas ainda são insuficientes e precisam ser ampliadas para abarcar o número significativo de mulheres que continuam à margem dessas oportunidades.

Além das políticas públicas, é necessário que a sociedade como um todo compreenda a importância de combater as formas de opressão que afetam diretamente as mulheres negras periféricas. Isso envolve a promoção de uma educação antirracista e feminista nas escolas, para que desde cedo crianças e jovens possam reconhecer as injustiças e desconstruir preconceitos. Também é necessário que haja uma maior representatividade dessas mulheres nos espaços de poder e decisão, como na política, na mídia e no mundo empresarial. O acesso a esses espaços é fundamental para que as pautas da mulher negra periférica sejam devidamente debatidas e atendidas.

Outro aspecto relevante é o fortalecimento de redes de apoio entre mulheres negras. A criação de espaços de acolhimento e compartilhamento de experiências permite que essas mulheres encontrem suporte emocional e prático para enfrentar as adversidades do cotidiano. Esses espaços também são importantes para a construção de uma autoestima fortalecida e de uma identidade negra positiva, que contraponha os estereótipos raciais e de gênero ainda presentes na sociedade.

A resistência dessas mulheres não se dá apenas no âmbito individual, mas também de forma coletiva, por meio de manifestações culturais que exaltam a ancestralidade e a cultura negra. A valorização da estética negra, como o uso de cabelos naturais e turbantes, e a participação em expressões artísticas, como a música e o teatro de rua, têm sido formas de reafirmação da identidade e de combate ao racismo. A cultura, nesse sentido, torna-se uma arma poderosa na luta pela valorização e reconhecimento da mulher negra periférica.

Em conclusão, as dificuldades enfrentadas pela mulher negra periférica são diversas e interligadas, refletindo a complexidade de uma sociedade estruturada por desigualdades históricas. No entanto, a resistência e a luta dessas mulheres, especialmente por meio de movimentos sociais e coletivos, têm sido fundamentais na busca por justiça social e reconhecimento. Embora ainda haja um longo caminho a ser percorrido, o fortalecimento das políticas públicas, o avanço das discussões sobre racismo e machismo estrutural e a mobilização dessas mulheres em torno de suas pautas são passos essenciais para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária para todas.

A cultura e a ancestralidade têm sido elementos fundamentais para a resistência da mulher negra periférica, que utiliza essas ferramentas como formas de autoafirmação e de construção de uma identidade coletiva. A estética negra, frequentemente marginalizada e rejeitada pela sociedade racista, passa a ser um símbolo de orgulho e resistência. Ao adotar e valorizar cabelos crespos e cacheados, acessórios tradicionais como turbantes e roupas que remetam à ancestralidade africana, essas mulheres ressignificam os padrões de beleza, desafiando a hegemonia eurocêntrica. A estética, nesse caso, não é apenas um elemento visual, mas uma manifestação política e cultural de quem elas são e de onde vieram.

A música também desempenha um papel essencial na luta dessas mulheres. Movimentos musicais como o rap, o samba, o funk e o reggae têm sido espaços onde a voz da mulher negra periférica encontra eco para expressar suas vivências e reivindicações. A música, especialmente o rap, é um meio pelo qual as narrativas de opressão, racismo e violência podem ser expostas, ao mesmo tempo que permite a criação de novas representações e identidades positivas. O surgimento de artistas negras periféricas no cenário musical brasileiro é um reflexo desse processo, com mulheres que utilizam suas letras e performances para denunciar injustiças, celebrar a cultura negra e reivindicar seus espaços.

Além disso, o teatro de rua e outras formas de expressão artística são instrumentos que permitem à mulher negra periférica comunicar suas vivências de maneira acessível e impactante. Essas manifestações artísticas, muitas vezes realizadas em espaços públicos e nas próprias periferias, trazem consigo uma carga política poderosa, desafiando as narrativas hegemônicas e colocando a mulher negra como protagonista de sua própria história. O teatro de rua, por exemplo, tem sido uma plataforma onde as mulheres negras podem abordar temas como a violência

doméstica, o racismo e a desigualdade social de forma crítica, ao mesmo tempo que oferecem ao público um espaço de reflexão e engajamento.

As religiões de matriz africana, como o candomblé e a umbanda, também são importantes elementos culturais na construção da resistência da mulher negra periférica. Essas religiões, que foram demonizadas e criminalizadas ao longo da história do Brasil, representam um espaço de acolhimento, pertencimento e espiritualidade para muitas dessas mulheres. Nos terreiros, elas encontram não apenas uma comunidade de apoio, mas também um espaço onde a ancestralidade é honrada e suas identidades são reforçadas. Além disso, as lideranças femininas nessas religiões – as ialorixás, por exemplo – ocupam um papel de destaque, desafiando as hierarquias patriarcais e oferecendo um modelo de liderança feminina que contrasta com as estruturas de poder dominantes na sociedade.

Os coletivos culturais formados por mulheres negras também são espaços de resistência e criação de novas possibilidades. Esses grupos promovem a autonomia, a valorização das raízes africanas e o fortalecimento do senso de comunidade. Um exemplo é o aumento de eventos e festivais dedicados à cultura negra, onde as mulheres periféricas podem expor sua arte, sua música e seus produtos, fomentando uma economia solidária e impulsionando a autoestima coletiva. As rodas de conversa, saraus literários, exposições de arte e shows musicais promovidos por esses coletivos são espaços de troca de experiências e de formação de uma consciência crítica sobre as desigualdades que elas enfrentam.

No campo da literatura, as mulheres negras periféricas têm ocupado um espaço cada vez mais relevante. Escritoras como Conceição Evaristo, Djamila Ribeiro e Eliana Alves Cruz, entre outras, têm trazido à tona as narrativas de mulheres negras que, por muito tempo, foram silenciadas. A escrevivência – um conceito criado por Conceição Evaristo – é uma forma de escrever a partir das experiências vividas, especialmente das mulheres negras e periféricas, revelando as marcas do racismo, da pobreza e da exclusão social. Essa produção literária tem contribuído para o reconhecimento da literatura negra no Brasil, colocando as vivências dessas mulheres no centro das discussões sociais e políticas.

A educação é outro espaço onde a resistência da mulher negra periférica se manifesta. Educadoras negras têm desempenhado um papel essencial na construção de uma pedagogia antirracista e feminista, que valoriza a identidade e a história das crianças negras. Muitas mulheres periféricas estão na linha de frente de projetos educativos que visam à emancipação e ao fortalecimento das suas comunidades. Esses projetos, geralmente desenvolvidos em ONGs, associações de bairro e escolas públicas, buscam combater o racismo nas práticas pedagógicas e oferecer uma educação que dialogue com as realidades dos alunos negros.

Na política, a mulher negra periférica também tem lutado para ocupar espaços de decisão e influenciar as políticas públicas que impactam suas vidas. A sub-representação dessas mulheres nos espaços políticos reflete o racismo e o sexismo institucional, que historicamente as exclui das esferas de poder. No entanto, movimentos como a Bancada Feminista e a Coalizão Negra por Direitos têm lutado para mudar essa realidade, promovendo candidaturas de mulheres negras e periféricas e pressionando por políticas que atendam às suas demandas. A eleição de figuras como Marielle Franco, que se destacou como vereadora no Rio de Janeiro, foi um marco na representação política das mulheres negras periféricas, e sua trajetória inspirou muitas outras a seguir esse caminho, mesmo diante de tanta resistência.

O empreendedorismo tem sido outra forma de resistência para essas mulheres, que muitas vezes, devido à precariedade do mercado de trabalho formal, encontram no próprio negócio uma maneira de garantir sua sobrevivência e sustento familiar. O fortalecimento de redes de empreendedoras negras, que compartilham experiências, oferecem apoio e criam oportunidades de negócio, tem sido um movimento crescente nas periferias. Essas mulheres atuam em áreas como a moda, a gastronomia, a estética e o artesanato, buscando construir alternativas econômicas que fujam da exploração e da informalidade que caracteriza grande parte dos trabalhos

aos quais elas têm acesso.

Finalmente, é importante destacar que a luta pela valorização e reconhecimento da mulher negra periférica não é apenas uma luta dessas mulheres, mas deve ser assumida pela sociedade como um todo. O combate ao racismo, ao sexismo e à desigualdade social precisa ser encarado como um compromisso coletivo, que envolve o Estado, as instituições e cada cidadão. As mulheres negras periféricas têm mostrado, através de sua resistência, que é possível transformar a realidade, mas para que essas transformações sejam duradouras e profundas, é necessário um esforço conjunto para a construção de uma sociedade verdadeiramente justa e igualitária.

Dessa forma, a cultura, a arte, a educação e o empreendedorismo são algumas das principais armas que a mulher negra periférica tem utilizado em sua luta por reconhecimento e valorização. Elas resistem e reexistem, criando novas formas de viver e conviver, sempre baseadas em sua ancestralidade e no desejo de justiça. Essa trajetória de luta, embora árdua, é também marcada por conquistas, e a história da mulher negra periférica no Brasil continua sendo escrita, com força, criatividade e resiliência.

Mulheres jovens feministas e negras lutam por introduzir na pauta do movimento feminista demanda especificas das mulheres negras. E o atual movimento de mulheres e ou feminismo negro e periférico, tem tensionado um movimento político ideológico cujo objetivo central constitui em revelar o racismo mediante evidencias empíricas dos diferenciais raciais nas condições socioeconômicas e demográficas da população, a exemplo da incorporação do quesito raça/cor nos formulários básicos dos sistemas de informação em saúde, a inserção das pautas politicas nos diversos espaços da luta política.

A atual conjuntura global, especialmente no Brasil, revela um cenário de profundas desigualdades sociais, raciais e de gênero que foram historicamente construídas e mantidas por estruturas de poder opressoras. As lutas por emancipação, conduzidas por mulheres, homens e movimentos sociais, têm buscado romper com essas barreiras, enfrentando um sistema que perpetua a marginalização de grupos historicamente oprimidos, como as mulheres negras periféricas. No entanto, é crucial refletir sobre o alcance dessas lutas no campo da emancipação política, os limites encontrados e os avanços que ainda precisam ser conquistados para alcançar uma verdadeira emancipação humana, que transcenda as esferas imediatas e institucionais.

Ao longo das últimas décadas, os movimentos feministas, antirracistas e sociais têm desempenhado um papel fundamental na conscientização e no combate às injustiças estruturais. Movimentos como o feminismo negro e as lutas pela igualdade racial, por exemplo, trouxeram à tona questões que durante muito tempo foram negligenciadas ou ignoradas pelo feminismo hegemônico e pela luta política tradicional. O reconhecimento das opressões interseccionais – aquelas que afetam simultaneamente raça, gênero e classe – foi um avanço importante no campo da teoria e da prática política, promovendo a visibilidade das mulheres negras e de outros grupos marginalizados.

No entanto, esses avanços, embora significativos, ainda encontram limites estruturais que dificultam a transformação social em profundidade. A emancipação política, entendida como a conquista de direitos civis, sociais e políticos, foi um marco importante para muitos grupos oprimidos. As cotas raciais nas universidades, as políticas de igualdade de gênero e os programas de transferência de renda são exemplos de vitórias que ampliaram o acesso a direitos fundamentais para muitas pessoas. No entanto, essas políticas, por si só, não garantem uma transformação estrutural das relações de poder e das condições de vida que perpetuam a desigualdade.

Um dos principais limites dessas conquistas é que elas ainda operam dentro de um sistema econômico capitalista, que continua a explorar e marginalizar grande parte da população, especialmente as mulheres negras periféricas. O acesso ao mercado de trabalho, por exemplo, continua sendo profundamente desigual, com mulheres negras sendo majoritariamente empregadas em funções de baixa remuneração e com pouca proteção social. A precariedade das condições de vida nas periferias urbanas – falta

de saneamento, saúde e educação de qualidade – também revela o quanto as políticas públicas precisam avançar para proporcionar uma verdadeira equidade social.
Além disso, é necessário questionar o conceito de emancipação humana sob uma ótica mais ampla, que ultrapasse o campo político e busque a transformação das relações sociais e econômicas em sua totalidade. A emancipação política, embora crucial, não é suficiente se não for acompanhada de uma emancipação econômica e social, que promova a redistribuição de riquezas, a democratização dos meios de produção e o rompimento com as hierarquias raciais e de gênero que sustentam o sistema capitalista. Nesse sentido, a luta por justiça social precisa ser uma luta por justiça econômica e racial, de forma indissociável.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Embora existam avanços na ocupação de cargos políticos por mulheres negras, como foi o caso de Marielle Franco e outras lideranças femininas negras, a sub-representação ainda é gritante. A presença reduzida dessas mulheres nos espaços de poder político reflete as barreiras estruturais que impedem sua ascensão e participação ativa nas decisões que afetam suas vidas. Sem representatividade, suas demandas e necessidades são frequentemente negligenciadas ou subestimadas.
Os movimentos sociais, nesse contexto, têm o papel crucial de continuar pressionando o sistema político e econômico por mudanças estruturais. Organizações feministas, antirracistas e de trabalhadores vêm articulando redes de solidariedade e resistência, promovendo debates, ações diretas e campanhas para garantir a visibilidade e a legitimidade de suas pautas. Entretanto, os movimentos também precisam refletir sobre suas próprias limitações, especialmente no que se refere à construção de uma unidade entre diferentes lutas e demandas. A fragmentação de lutas, por vezes, enfraquece a capacidade de enfrentamento ao sistema, sendo necessário buscar uma articulação que una as pautas feministas, antirracistas e anticapitalistas em uma frente comum.
O horizonte da emancipação humana exige, portanto, uma visão mais ampla e profunda das mudanças necessárias. Não se trata apenas de conquistar mais direitos dentro de um sistema que perpetua desigualdades, mas de transformar radicalmente esse sistema, criando novas formas de organização social, política e econômica que sejam inclusivas, igualitárias e justas. A utopia da emancipação humana deve considerar a criação de uma sociedade onde todas as pessoas, independentemente de raça, gênero ou classe, possam viver com dignidade, liberdade e autonomia.
Para que isso se torne possível, é preciso que as lutas dos movimentos sociais continuem a ser organizadas em torno de uma crítica profunda ao capitalismo, ao patriarcado e ao racismo estrutural. A valorização das experiências e das vozes das mulheres negras periféricas é essencial para essa construção, pois são elas que, no cotidiano, enfrentam as formas mais cruéis de exploração e opressão. Sua resistência e luta por sobrevivência revelam a necessidade urgente de um novo modelo de sociedade, pautado na equidade, na solidariedade e na justiça social.
Em resumo, a conjuntura atual aponta para a necessidade de repensar os rumos das lutas sociais, compreendendo seus limites e avanços, e projetando um horizonte de emancipação que seja verdadeiramente transformador. A emancipação política, embora fundamental, precisa estar acompanhada de uma emancipação social e econômica que rompa com as estruturas que sustentam as desigualdades e a opressão. Movimentos sociais, feministas e antirracistas têm o desafio de continuar resistindo e criando alternativas que conduzam a um futuro mais justo e igualitário para todas e todos.
A atual conjuntura e contexto apontam para a necessidade histórica de pensar os rumos empreendidos pelo conjunto de lutas e resistências, forjados por mulheres, homens e movimentos sociais, o alcance que essas lutas tiveram no campo imediato da emancipação política, os seus limites na perspectiva de avanços rumo ao horizonte da emancipação humana.

REFERÊNCIAS

CALDEIRA, Teresa Pires do Rio. Cidade de

muros: crime, segregação e cidadania em São Paulo. São Paulo: Edusp, 2000.

CASTELO. Rodrigo. O novo desenvolvimentismo e a decadência ideológica do pensamento econômico brasileiro. Serv. Soc. Soc., São Paulo, n. 112, p. 613- 636, out./dez. 2012.

CFESS. Racismo. Série. Assistente Social no combate ao preconceito. Caderno 3. Brasília, 2016.

CISNE, Mirla. Gênero, divisão sexual do trabalho e serviço social. São Paulo: Outras Expressões, 2012.

_____. Feminismo e Consciência de Classe no Brasil. São Paulo, Cortez Editora, 2014.

CISNE M; DURIGUETTO. M.L. Feminismo e radicalização da democracia: desafios em tempos de recrudescimento do conservadorismo no Brasil. SER Social, Brasília. v. 17, n. 36, p.13-30, jan./jun/2015.
DAVIS, Angela. Mulheres, raça e classe. São Paulo. Boitempo, 2016.

_____. Mulheres, cultura e política. São Paulo. Boitempo, 2017.

_____. As mulheres negras na construção de uma nova utopia.

_____. A liberdade é uma luta constante. São Paulo. Boitempo, 2018.

DEPEN. Departamento Penitenciário Nacional. Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias. Infopen Mulheres, 2014.